



A felicidade da política: ou sobre a importância de a política democrática se rejuvenescer

The importance of the rejuvenation of democratic politics

Leno Francisco Danner*

Resumo

Defende-se que a felicidade, no sentido de realização pessoal e de bem-estar coletivo, pode – e deve – ser alcançada por meio da ação política, na medida em que ela nos desafia enquanto sujeitos construtores de nossa própria vida e de nossa própria sociedade, aproximando-nos dos demais cidadãos. Na *práxis* política, os indivíduos encontram-se ligados por laço de solidariedade, de cooperação, de respeito mútuo e de recíproca consideração dos interesses, laço que adquire importância fundamental no que diz respeito a solidificar a sociabilidade enquanto *ethos* moral, superando-se uma visão instrumental tanto das relações sociais quanto dos próprios seres humanos, na qual cada indivíduo alcança sua felicidade correlatamente à promoção do bem-estar dos demais. Essa necessidade de reconsideração da política enquanto *ethos* que nos permite ser felizes e alcançar a realização cidadã é extremamente importante num momento em que a corrupção política, o autoritarismo e o paternalismo das instituições tendem a desacreditar a política, a distanciar as instituições políticas frente ao cidadão médio e a fomentar o privatismo civil, emperrando o processo democrático e solapando sua efetividade, que somente pode ser conquistada por meio da constante fiscalização e da participação de todos os cidadãos.

Palavras-Chave: Democracia; Política, Felicidade; Corrupção; Autoritarismo.

Abstract

This article proposes that happiness, as personal fulfillment and collective welfare, can – and must – be achieved through political action, to the extent that it challenges us as subjects and builders of our own lives and of our own society. In political praxis, individuals are connected by a bond of solidarity, cooperation, mutual respect and equal consideration of interests of all and among all. Such connection acquires fundamental importance because it fosters solidification of sociability as a moral ethos in that each individual achieves their happiness correlatively in the promotion of the welfare of others. A reconsideration of the policy as an ethos that allows us to be happy and achieve the accomplishment as citizens is extremely important in today's society in which political corruption, authoritarianism and paternalism discredit politics and tend to depart the political institutions of the average citizen, thus fomenting civil privatism and undermining the democratic process and its effectiveness.

Key-Words: Democracy; Politics; Happiness; Corruption; Authoritarianism.

Artigo recebido em 18 de maio de 2012 e aprovado em 17 de setembro de 2012.

* Doutor em Filosofia pela PUC-RS, professor de Filosofia na Universidade Federal de Rondônia. País de origem: Brasil. E-mail: leno_danner@yahoo.com.br

Considerações Iniciais

A Faculdade Católica de Rondônia instituiu evento acadêmico marcado pela reflexão filosófico-teológica acerca de múltiplos vieses a partir dos quais a questão da felicidade poderia ser tematizada. Fiquei incumbido de dissertar sobre a relação entre felicidade e política e direcionei o meu tema com o intuito de defender o seguinte argumento: é preciso que a política democrática, que é o elemento central para a evolução de nossas sociedades, seja permanentemente rejuvenescida, contra o perigo da corrupção e do descaso em relação às questões de integração sócio-cultural, e isso em um duplo aspecto, a saber: de um lado, no sentido de que as instituições políticas tenham procedimentos e resultados justos, equitativos, livrando-se da chaga da corrupção e da ineficiência de medidas administrativas tendentes a minorar o impacto das desigualdades sócio-econômicas e culturais que atingem parcelas específicas da nossa população, a fim de que elas sejam de fato incluídas nos benefícios que a sociedade oferece; de outro lado, no sentido de aproximarem-se dos indivíduos e grupos da sociedade civil, de modo a, sempre que possível, substituir-se poder administrativo por focos de democracia radical, direta, em que os próprios cidadãos responsabilizam-se pelas questões envolvendo sua comunidade – e, portanto, aqui, sejam sujeitos da evolução social, e não seres meramente passivos.

Por isso, nossa sociedade - que começa a instaurar paulatinamente processos mais consistentes de democratização, eliminando, aos poucos, uma crosta autoritária, paternalista e oligárquica arraigada em suas instituições e cultura, e que, de todo modo, vive seu maior período de democratização desde a proclamação da República em 1889 - pode encontrar exatamente na promoção da ação cidadã por parte de todos, em termos de práxis política, o substrato para a resolução de seus problemas sociais e para a construção de um processo de integração sociopolítica e cultural que, ao mesmo tempo que solidifica o processo de democratização, consegue construir uma identidade cívica, política entre esses mesmos cidadãos. Ora, a conquista da felicidade por meio da ação política e social

dos indivíduos e grupos – que desde os gregos, passando pela cultura cristã, deu a tônica no que tange à construção do próprio saber filosófico quando direcionado às questões ético-políticas – nos ensina que o preocupar-se com a coisa pública, com o bem-estar e a justiça sociais, o responsabilizar-se por elas leva-nos a desenvolver em nós uma dimensão intersubjetiva que é fundamental, no fim das contas, para o nosso crescimento pessoal (uma correlação entre socialização e subjetivação, portanto, que o pensamento filosófico e mesmo o pensamento sociológico colocam como central quando se busca refletir sobre o sentido do político e do social). Minha hipótese, no caso, é que a felicidade por meio da política implica a superação das mazelas sociais, correlatamente ao combate às injustiças presentes nas – e, às vezes, fomentadas pelas – instituições, de modo a que o cidadão médio (grande ator da política democrática) efetivamente possa sentir interesse pela *res publica*, possa sentir-se como parte constituinte dessa mesma *res publica*. Nisso, a recuperação de um processo político marcado pela interrelação entre a estrutura administrativa do Estado e os partidos políticos profissionais com as iniciativas cidadãs e os movimentos sociais é um quesito fundamental, assim como tal interrelação é a única dinâmica possível para a consolidação e o aperfeiçoamento permanente da sociedade democrática – e da nossa sociedade em particular.

Minha hipótese de trabalho, além disso, é bem simples: partindo da posição grega (e, em especial, aristotélica) de que a vida política é uma das formas mais sublimes de realização humana, conduzindo diretamente à satisfação e à felicidade pessoal exatamente pela vinculação social da vida individual, bem como partindo da posição cristã de que fazer o bem ao próximo significa o mesmo que realizar uma ação caritativa ao próprio Deus, garantindo-nos, também aqui, a felicidade pessoal por causa de uma relação cooperativa, amorosa e em comunhão com os demais, eu procuro defender que, hoje, com a consolidação de uma sociedade democrática plural e cada vez mais complexa, a recuperação de um ideal político marcado pela efetiva preocupação cidadã com a sociabilidade e com o bem-estar social seria um quesito fundamental para a resolução dos graves problemas sociais, políticos, econômicos e culturais que ainda estão presentes em nossa sociedade. E

eu diria mais: apenas a afirmação deste ideal permitiria vincular os movimentos sociais e as iniciativas cidadãs ao poder administrativo-partidário, evitando o distanciamento e a sobreposição deste em relação à sociedade civil. É exatamente na superação do privatismo civil (na medida em que, em sua recusa da ação política, em sua indiferença frente às preocupações e à vinculação sociopolítica, ele acaba direta ou indiretamente contribuindo para a manutenção das injustiças institucionais e do *status quo* extremamente desigual) por uma concepção política marcada pelo engajamento social dos indivíduos e grupos sociais que nossas instituições políticas serão aproximadas de um procedimento democrático mais consistente e enquadradas a partir de interesses generalizáveis e de argumentos normativos¹.

1 A realização humana na *práxis* política e como *práxis* política: um legado greco-cristão

A ação política, na cultura ocidental, desde o legado grego, é apresentada como uma das mais sublimes formas de realização humana e como o ponto nevrálgico no que tange à condução da evolução social, porque, para além das diferenças apresentadas pela irreducibilidade da personalidade de cada um e da multiplicidade de bens que cada indivíduo entende como importante e como objetivo a ser perseguido para sua vida, neste campo haveria a consolidação de uma identidade pública e de um caminho intersubjetivo nos quais esses indivíduos radicalmente diferentes consertariam sua ação e suas intenções com vistas à promoção recíproca – reforçando-se as instituições e os procedimentos democráticos, e protegendo-os contra a tirania e a degeneração, esses mesmos indivíduos automaticamente proteger-se-iam e garantiriam seu bem-estar ao longo do tempo. A manutenção de uma sociedade democrática, por conseguinte, seria a

¹ Desse modo, acredito que a recuperação tanto da posição grega quanto da posição cristã não precisa estar comprometida com a tematização de todo o ideário de ambas as posições, mantendo fidelidade doutrinária ou uma reconstituição exata do contexto sociocultural e político, ou mesmo do contexto teórico, em que tais posições são elaboradas. Conforme explicitado acima, a intenção é de, apropriando-se daqueles dois enunciados – ação política como realização pessoal (grego) e sociabilidade como amor (cristão) –, pensar a constituição sociocultural e política de uma sociedade democrática hodierna (e da nossa, em particular).

conditio sine qua non para garantir-se a efetividade da felicidade de cada indivíduo. O homem ocidental, com isso, tendo-se em vista que a formação dessa cultura ocidental recebe influência direta e profunda dos gregos, não é apenas, como queria Aristóteles, um animal político, no sentido de nascer na *polis*, na sociedade, e de somente ser entendido, por causa disso, a partir dos processos de socialização que o formam, que o constituem no mais íntimo de seu ser (cf.: ARISTÓTELES, 2009, 1094a-1094b, p. 18; ARISTÓTELES, 1997, 1252a-1253a, p. 13-16; VERGNIÈRES, 1998, p. 77 e seguintes; VERNANT, 1996, p. 34-47); ele é um animal político, social, porque encontra na organização e na ação políticas as formas por excelência de organizar racionalmente o ambiente sociocultural, de modo a garantir que todos tenham o máximo de liberdade correlatamente ao máximo de igualdade. A política democrática seria, assim, o meio diretivo da sociedade e, desde os gregos, a tensão entre vida política e privatismo civil seria resolvida não por um abandono da primeira e pela ênfase na segunda, mas sim pela radicalização da primeira (cf.: ARENDT, 2007, p. 35-89). Neste contexto, a vinculação social da ação de cada indivíduo, o fomento de uma vida direcionada à atividade pública, ao tratamento das questões envolvendo o bem-estar da sociedade como um todo, seriam percebidos como o caminho por excelência a partir do qual cada indivíduo, *enquanto cidadão*, realizaria suas capacidades mais humanas, alcançando, assim, sua realização pessoal, sua felicidade. Uma vida direcionada apenas à fruição privada, que desconsiderasse das questões sociopolíticas, implicaria, de um lado, no negar as capacidades mais humanas que nos caracterizam enquanto indivíduos humanos, e, de outro, na própria desconsideração de que tudo aquilo que somos e a situação social de todos nós dependem das condições sociais que efetivamente encontramos, sendo que estas, por sua vez, são construídas a partir da qualidade da administração política – ou da falta dela – que é realizada na *polis*. Ou seja, neste último caso, a felicidade dos indivíduos na esfera privada depende, em grande medida, *de uma sociedade bem-organizada politicamente* – e, por isso, a *práxis* política seria tanto uma destinação quanto uma responsabilidade a ser assumida por cada indivíduo.

Nesse contexto, a ideia de uma preocupação moral do indivíduo por seu próximo – que a cultura cristã, por seu turno, consolidou por meio da lapidar afirmação de que tudo aquilo que fosse feito aos outros significava o mesmo que uma ação perante Deus – passa a ser o cerne da consideração humanística, em termos de *práxis* (entre outros, os seguintes trechos da BÍBLIA SAGRADA justificariam tal afirmativa: Mateus, 9, 30-41; Mateus, 12, 28-34; Lucas, 06, 17-33; Lucas, 10, 25-37). O cuidado, o amor e a doação sem limites aos outros, não importa quem e como eles sejam, com efeito, demarcam a relação do cristão *não apenas com os membros de sua comunidade religiosa, mas também com todos os que constituem uma sociedade, alargando-se mesmo para uma perspectiva universalista*: as relações sociais devem ser perpassadas pelo cuidado e pelo respeito recíprocos, onde todos recebem voz e vez, de um modo que todas as necessidades individuais e sociais são realizadas em comunhão e por meio da doação de cada um à comunidade – uma doação que acontece e que é feita com alegria, que traz felicidade àquele que a pratica. Ora, o amor, o cuidado e o respeito mútuo passaram a ter uma posição primordial enquanto princípios organizadores das instituições e das relações sociais, ao ponto de a igual consideração entre todos e para com todos constituir-se efetivamente como o grande ponto a partir do qual se avalia as instituições democráticas, a partir do qual elas adquirem consistência, ou são desmistificadas e deslegitimadas (da mesma forma como, na democracia grega, os princípios de isonomia e de isegoria davam a tônica da própria deliberação pública, sendo que sua efetividade ou não constituiria o pilar fundamental para a avaliação dessa mesma democracia grega).

Interessantemente, esses valores morais promotores da sociabilidade são colocados como um bem para o homem, como aquilo que verdadeiramente o aperfeiçoaria: humanidade passa a ter a conotação tanto de autonomia individual *quanto* de uma vida dedicada aos demais, marcada pela promoção do outro em sua alteridade. Por isso, na política democrática, aconteceria esse encontro entre eu, dotado de posições pessoais específicas, de crenças só minhas, com um outro, radicalmente diferente e com perspectivas diversas, mas nem por isso totalmente

estranho a mim, assim como eu não seria totalmente estranho a ele. Na verdade, teríamos um prazer recíproco em relacionarmo-nos social e politicamente a partir de nossa identidade irreduzível. Nesse sentido, pode-se perceber que tanto a cultura grega quanto a religião cristã – a primeira por meio da ênfase na ação política e a segunda por meio da ênfase na vida religiosa calcada no amor sem medidas ao outro (que, de todo modo, *também é ação social*) – estabeleceram a constituição do homem e da humanidade nesse encontro intersubjetivo, que é quando e onde efetivamente nos revelamos uns para os outros. Publicizando o que somos em nosso ser mais íntimo, apresentamo-nos aos demais naquilo que somos enquanto indivíduos humanos: a revelação de nossa identidade e sua constituição são processos dependentes dessa publicização, dessa socialização, identidade essa que somente torna-se madura no momento em que nossas posições pessoais são confrontadas e, mais ainda, *interligadas* com as posições dos demais, recebendo destes a devida problematização e um afetuoso estímulo para que a mesma efetivamente seja vivida de forma livre e criativa – quer dizer, a maturação de nossa identidade dependeria da contrapartida recebida das pessoas com as quais nos relacionamos, de modo que seria possível dizer que a personalidade somente consolida seu processo de aperfeiçoamento, de maturação, na medida em que adentra na esfera pública, democraticamente, no momento em que imbrica-se com as demais na sociabilidade e por meio desta. Note-se, além disso, que a publicização da própria identidade é um processo que exige correlatamente a publicização da identidade do outro: eu expresso o que sou e meus interesses na esfera pública, persigo-os com todas as minhas forças, da mesma forma que o outro assim o faz em relação à sua personalidade e aos seus objetivos. Isso implica em que a reciprocidade, fundada na igual consideração de todos e entre todos, e apontando para o acolhimento de cada um pelos demais e pelas instituições, daria a tônica de uma sociabilidade verdadeiramente equitativa, justa, promotora de todos e de cada um – e de que somente na sociabilidade, *nesse tipo de sociabilidade democrática*, a realização pessoal andaria *pari passu* com a justiça social, na medida em que uma dependeria da outra, e vice-versa (no sentido de

uma ser alcançada por meio da outra, em um movimento recíproco e dependente de ambos os momentos) (cf.: DEWEY, 1979, p. 94-106).

Ora, a ação política seria marcada por esse sentimento de importância do encontro com o outro, do preocupar-se com ele, correlatamente à preocupação consigo próprio. A crença de que esse encontro intersubjetivo e esse trabalho cooperativo de construção da sociedade domariam o poder selvagem e arbitrário determina a própria alegria com que eu e outro nos encontramos na arena pública para a discussão de ideias e para a proposição de ações *conjuntas, cooperativas*. A alegria estaria no fato de que reconheceríamos como é prazerosa essa ação de indivíduos dotados com um mesmo grau de poder e que querem proteger, por meio da estruturação das instituições e da reformulação da cultura, os sagrados (no sentido de fundamentais para os indivíduos e para a sociedade) princípios da liberdade e da igualdade, que viabilizariam a própria estabilidade social e mesmo um desenvolvimento pessoal sadio; a alegria adviria da percepção de como é importante essa ação conjunta e cooperativa que busca construir uma sociedade justa para que cada um de nós possa realizar-se enquanto indivíduo: quando essa é a mentalidade comum, é claro, nesse sentido, que a percepção de que a ação dos demais beneficia aos meus próximos, assim como minha ação, vista por eles, também beneficiará aos demais, implicará no reforço da política democrática, na consolidação de um imaginário social para o qual esta mesma política democrática coloca-se como o lugar privilegiado em que cada indivíduo encontra proteção, cuidado e estímulo – o caminho por meio do qual cada indivíduo, *por causa da relação com os demais*, conquista sua felicidade, correlatamente à realização do bem-estar social.

Por isso, a vida sociopolítica seria concebida como a vida feliz, a vida que verdadeiramente permitiria a frutificação, o florescimento do humano, daquilo que há de mais nobre no humano: o amor, o respeito mútuo e o cuidado para com os demais, o preocupar-se com os assuntos públicos, isto é, com as questões envolvendo a vida e a felicidade de todos. Porque, esse é o ponto importante, a *res*

publica, isto é, a vida e as condições públicas de um modo geral, diz respeito às condições externas aos indivíduos (sociais, econômicas, políticas e culturais); coisas externas, por assim dizer, pertencentes a todos, de responsabilidade recíproca e enquanto direito de todos; coisas externas, ainda, que os envolvem e que determinam muito de suas possibilidades e de suas oportunidades. A ação em termos de *res publica*, nesse sentido, diz respeito diretamente à estruturação política cooperativa das condições sociais, políticas, culturais e econômicas necessárias para a constituição de uma sociedade justa e de um processo formativo sadio, direcionados à promoção de todos os indivíduos e ao fomento de uma sociabilidade construtiva e moral, e isto significa dizer que, por meio da política, cada indivíduo busca com o outro a felicidade desse mesmo outro, o que, por sua vez, significa afirmar-se que o outro está empenhado, da mesma forma que eu, na busca pela minha felicidade: na política democrática, eu busco a felicidade do outro e o outro busca a minha felicidade, na exata medida em que assumimos esse chamado de responsabilidade recíproca pela *res publica* e no momento em que reconhecemos direitos iguais acerca da mesma, de tudo o que ela compreende; e, com isso, tornamo-nos felizes no fato de que os nossos sonhos mais pessoais tornam-se responsabilidade do outro, e vice-versa.

Ora, a política democrática é colocada como o lugar por excelência em que a persecução da felicidade de cada um é ligada à persecução da felicidade do outro, a partir de ações conjuntas em que eu e outro nos comprometemos a seguirmos princípios de justiça que, em nossas crenças, seriam os únicos meios a partir dos quais a felicidade de cada um de nós e a equidade de nossa sociedade poderiam ser alcançadas – em tudo isso, como síntese, a responsabilização recíproca em termos de cuidado para com a *res publica* e o reconhecimento de iguais direitos para todos no que tange ao acesso e ao usufruto da *res publica* garantem que, de fato, a política democrática seja o *ethos* por meio do qual a felicidade de cada um e de todos encontra a sua realização. Com isso, acreditamos que a vida democrática e seus valores são os melhores, em comparação com outras organizações políticas, já que promovem o florescimento do humano, individual e coletivamente falando.

E é essa crença *ingênua* – *ingênua* no sentido de fazer parte do cotidiano enquanto um dado como que *a priori*, inquestionado, assumido desde sempre, pelo menos em uma grande medida – no fato de que todos faremos exatamente isso (ou seja, respeitar os princípios de equidade, de correção, de cuidado recíproco, de honestidade, etc.) que garante muito da estabilidade social de uma democracia. Dificilmente parariamos para pensar que os outros não seguirão esses princípios de veracidade, de reciprocidade, de respeito mútuo, etc. É possível que, às vezes, desconfiemos de que tal situação *pode eventualmente* acontecer, mas dificilmente radicalizaremos essa desconfiança em relação aos demais e às instituições. Nós queremos confiar com todo o nosso ser nos demais, na sua honestidade e no seu procedimento justo em relação a nós. Ora, quando essa confiança ingênua nos demais começa a perder força e, portanto, quando a desconfiança em relação ao procedimento deles generaliza-se, a sociabilidade passa a ser posta em xeque, na medida em que já não queremos comprometer-nos com um empreendimento coletivo que, na nossa percepção, está sendo levado a efeito contra nós, utilizando-se de nós apenas como meios. Nesse sentido, a política democrática oscila entre a solidificação dos valores morais universalistas, essenciais para a própria evolução de uma sociedade que se afirme democrática, e o perigo de seu solapamento progressivo, devido a falhas nas instituições e à eleição de procedimentos públicos que violam a igual consideração entre todos, que deve ser o núcleo organizador seja das instituições, seja das relações entabuladas pelos indivíduos e grupos entre si. Para superar-se esse perigo, entretanto, apenas um caminho resta aos cidadãos e às instituições democráticas que eles instauram ao longo do tempo, a saber, o de *rejuvenescer constantemente a democracia*, através da avaliação contínua sobre a efetividade dos procedimentos legitimados pelas instituições, sobre a consideração do papel do cidadão médio frente às instituições, sobre os resultados da atuação das instituições frente aos cidadãos, sobre, enfim, a qualidade dos processos democráticos que são gestados pelos indivíduos e grupos sociais em sua relação com as instituições, e vice-versa.

Tal rejuvenescimento, além disso, seria possível no momento em que a ação política de todos os cidadãos e grupos da sociedade fosse uma constante frente às instituições, pois somente a ação permanente e corriqueira permitiria um ajuizamento dessas mesmas instituições e das práticas que elas e, por exemplo, no nosso cotidiano, os partidos políticos efetivamente fomentariam. Em outras palavras, é por meio do tipo de participação que nossas instituições e nossos partidos políticos possibilitam que efetivamente compreendemos o papel que nossa democracia nos confere; é por meio do *grau de contato*, da *intensidade da aproximação* que existe entre instituições políticas e partidos políticos *com* os movimentos sociais e as iniciativas cidadãs que pode-se perceber o quão efetiva é nossa democracia política; é, ainda, por meio da qualidade do espaço público que é instaurado, da qualidade da informação e do debate que nossos veículos de comunicação instauram que de fato teremos uma noção da qualidade da participação democrática que nossa sociedade institui, viabiliza. A ação política vai permitir a postura reflexiva do cidadão médio, no sentido de ajuizar acerca da consistência das instituições democráticas e de seus procedimentos, bem como em relação aos partidos e a todas as bandeiras ideológicas que, no seio democrático, apresentam-se como defensores de interesses generalizáveis. Em tudo isso, como venho afirmando, é o sentimento de pertença à sociedade, a confiança de sentir-se sujeito da evolução social, o sentimento de ver-se acolhido, respeitado e promovido pelas instituições, a vivência cotidiana do sentir-se amparado pelos demais, que solidificam a crença na própria democracia – eis, então, o grande desafio de rejuvenescer-se a *práxis* democrática, o *ethos* democrático, um rejuvenescimento, diga-se de passagem, que não pode ser imposto (ao estilo de uma moral e cívica promovida por meio das instituições como um ato de fé, ou de uma disciplina individual, também fomentada pelas instituições), senão que tão-somente promovido no nível das instituições e realizado efetivamente por meio de amplos processos de inclusão sociopolítica e cultural, de modo que cada cidadão médio veja na prática que ele é sujeito no que tange à evolução da sua sociedade.

2 A Política como Ethos Moral, como Normatividade

Marx definiu o Estado como um instrumento de classe que, monopolizando o exercício da força e, em grande medida, organizando instituições e procedimentos de caráter ideológico, solaparia a equidade das relações sociais e a paridade em termos de representação política dos indivíduos e grupos entre si (desnecessário dizer que essa posição, quando afirmada sem qualquer consideração ulterior por muitos pensadores e grupos ligados à esquerda, determinou uma compreensão negativa da política democrática e do papel do Estado na vida social) (cf.: MARX, 2006, p. 45-46; MARX & ENGELS, 2008, p. 47-50); Weber, por sua vez, definiu o Estado pelo monopólio da utilização dos instrumentos repressivos e do exercício da violência *legítima* (e muitos conservadores – o que não significa dizer que Weber era um deles – adorariam reforçar apenas essa função estatal) (cf.: WEBER, 2008, p. 55-56). Nós sabemos, entretanto, que isso não basta ao Estado democrático. Com efeito, as instituições democráticas (e, entre elas, naturalmente, o Estado) dependem de um *ethos*, de uma ética coletiva, por assim dizer. Com essa *ética coletiva*, eu significaria a necessidade de consolidação de um imaginário social promotor das virtudes cívicas, da participação cidadã, de valores como a cooperação, o respeito mútuo, o cuidado recíproco e a igual consideração entre todos. Tal imaginário, seu fomento e sua consolidação são uma tarefa destas instituições, que somente pode ser realizada no momento em que elas são marcadas por processos abertos, justos e inclusivos frente ao público. Este imaginário, por sua vez, é o substrato da própria legitimidade das instituições democráticas, haja vista que ele aponta exatamente para a importância das instituições que constituem uma sociedade democrática, no momento mesmo em que solidifica, no cotidiano, essa crença ingênua nos procedimentos democráticos e nos demais cidadãos enquanto merecendo confiança e igual consideração nossa e por parte das referidas instituições.

Ora, tal imaginário social, coletivo, é resultado não de uma imposição vertical, mas basicamente de uma interrelação entre os indivíduos e grupos e

instituições, interrelação essa que funda tais princípios e os reproduz ao longo do tempo, fazendo deles uma constante no que tange aos procedimentos das instituições e mesmo dos indivíduos e grupos sociais uns em relação aos outros. Não é a força que garante a sustentação de uma sociedade, a autoridade das instituições e a formação desse imaginário social democrático, mas sim a liberdade e a igualdade entre todos, garantidas em sua efetividade, em sua radicalidade. É o perceber-se igual aos demais, é o sentir que os próprios interesses recebem igual consideração pelos demais e pelas instituições, é o viver dignamente com os outros e ver que esses outros também vivem dignamente frente a nós, que dão sustentação à sociedade democrática e, por conseguinte, que reforçam as instituições e sua autoridade.

Nesse sentido, o Estado – talvez um dos maiores exemplos de instituição democrática – não pode ser entendido meramente como monopolizando o exercício legítimo da força e os instrumentos para a aplicação da mesma; o Estado democrático, na verdade, somente pode ser entendido na medida em que se compreende que ele é o núcleo diretivo de uma coletividade organizada de acordo com um *ethos* moral, uma coletividade que a rigor abdica de qualquer exercício violento da força frente aos seus semelhantes em favor de uma instituição que, marcada pela igual consideração para com todos, pelo tratamento equitativo para com todos, constitui-se como arena e instrumento na qual e por meio do qual os indivíduos e grupos sociais adentram para deliberarem sobre a evolução de sua sociedade e administram-na e dirigem-na por meio do maquinário administrativo sintetizado pelo próprio Estado, de modo a instaurarem na prática aquela evolução social deliberada, tudo isso tendo princípios morais como guias, como orientadores. Em assim sendo, as instituições democráticas são fundamentalmente instituições morais ou, se essa afirmação for demasiado forte, pelo menos instituições que dependem basicamente de uma fundamentação moral em termos de sua constituição, de seus procedimentos e de seus resultados. Sem esse embasamento moral, as instituições democráticas caem no reino da barbárie pura e simples, tornam-se corruptas e corruptíveis, bem como passam a apelar para a

violência e, agora sim, para a ideologia, perdendo credibilidade frente ao público de cidadãos.

Essa necessidade de fundamentação moral, de todo modo, faz parte do próprio *ethos* da democracia. Como acredito, a política democrática abdica da luta entre indivíduos e grupos em favor de uma sua ação concertada, fundada na igual consideração entre todos. Naturalmente, haverá embate de opiniões, estilos de vida conflitantes e concepções de mundo específicas sempre buscando uma primazia sociopolítica e cultural, mas o interessante é perceber-se que o *ethos* de uma sociedade democrática, pelo seu caráter universalista, aponta para processos radicais de inclusão, em todos os âmbitos da sociedade, correlatamente à própria negação, ainda devido ao universalismo pressuposto pelo *ethos* democrático, seja da superioridade de uma concepção de mundo frente às outras, seja de que as instituições políticas e os atores políticos tenham *a priori* legitimidade, o que significa dizer que sua legitimação depende de que todo o processo esteja correto, justificado moralmente – não haveria lugar, aqui, para o dito maquiaveliano de que os fins justificariam os meios, haja vista que, de acordo com o *ethos* democrático, é exatamente a correta escolha dos meios, a partir de uma fundamentação moral publicizada, que define a validade de todo o processo e, portanto, a justiça do próprio resultado (cf.: RAWLS, 2000, p. 85; RAWLS, 2003, § 9, p. 39; HABERMAS, 2003, Vol. II, p. 189-190; HABERMAS, 2002, p. 119).

A democracia, conforme penso, significa exatamente um processo deliberativo e uma ação política cooperativa amplos e inclusivos, de – e entre – indivíduos livres e iguais, fundados moralmente, acerca da escolha e da realização dos meios e dos procedimentos por meio dos quais a evolução social acontecerá, calcados em uma compreensão do social enquanto sendo constituído pelo universalismo moral e apontando, por conseguinte, para processos sociais, políticos, culturais e econômicos direcionados à realização dos direitos e da dignidade de cada indivíduo e grupo social. É nesse processo que se pode perceber, de um lado, o quanto as instituições democráticas dependem dessa cultura

participativa, dessa ação política concertada entre todos, pelo fato de que ela solidifica o sentido de inclusão e aproxima esses cidadãos no que diz respeito ao exercício do poder, poder que, de todo modo, está (ou deveria estar) distribuído equitativamente na sociedade; de outro lado, é neste contexto que se pode perceber o quão radical é o procedimento de justificação, já que as ideias de interesses generalizáveis e de igual tratamento e consideração entre todos e por todos implicam em que as instituições democráticas *precisam ouvir todos* os cidadãos, bem como *levar em consideração a todos* os interesses sociais. Ora, isso não pode ser feito se não se entende o processo democrático como um todo – seja no que tange à deliberação pública e ao exercício administrativo do poder, seja no que diz respeito à democracia enquanto um modo de vida cotidiano dos indivíduos e grupos entre si – enquanto sendo um *ethos* moral e como necessitando que os cidadãos e as instituições vivam, individual e socialmente, esses valores morais implicados por tal *ethos*, sob pena de, em não o fazendo (instituições e indivíduos e grupos sociais), destruir-se o imaginário social penosamente instaurado em termos democráticos, abalando-se a confiança dos indivíduos e grupos frente às instituições e em suas relações recíprocas.

A afirmação de que a sociedade e a política constituem um *ethos moral* significa, com isso, que as relações sociopolíticas não são relações meramente instrumentais, em que a busca do poder a qualquer preço seria feita com quaisquer modos e instrumentos disponíveis e imagináveis – essa é a situação de uma sociedade não-democrática, autoritária, etc. Uma sociedade democrática, em sua evolução institucional, política, social, cultural e econômica, precisa justificar os passos a serem dados, o caminho a ser seguido, os instrumentos a serem utilizados e os fins a serem perseguidos; em última instância, o *processo como um todo* deve ser justificado. É isso, em primeiro lugar, o que significa atrelar ou condicionar a *práxis* política à justificação ética, e mesmo entender a *práxis* política enquanto um *ethos*: afirmar a condição igualitária e cooperativa da sociabilidade, juntamente com a necessidade sempre permanente e radical, por causa dessa condição, da justificação pública, da participação de todos e da correção normativa que devem

constituir e perpassar a dinâmica das relações sociais e das instituições políticas, bem como os contatos recíprocos entre eles.

Nesse sentido, tendo-se pressuposta essas constatações de que o *ethos* democrático é um horizonte moral, de que ele manifesta-se e consolida-se por meio da ação cotidiana embasada em valores morais e, por fim, de que ele necessita permanentemente de processos radicalmente inclusivos em todos os âmbitos da cultura e da política, pode-se perceber o argumento tratado no primeiro ponto deste texto, a saber, de que a felicidade na ação política é basicamente a motivação, o móbil de indivíduos e grupos para socializarem-se, para resolverem cooperativa e conjuntamente todos os problemas referentes à evolução social, exatamente porque eles percebem o quão importante e efetivo esse *ethos* democrático é em termos de consecução de processos de desenvolvimento bem-sucedidos, seja no nível da individuação, seja no nível da socialização. A felicidade, nesse caso, não é um estado final, mas um processo que tem em seu centro a interação, a cooperação e o respeito pelos demais – sentimentos esses que se fundam na crença e na vivência de uma igual consideração recebida dos demais e das instituições por cada indivíduo e grupo social. O rejuvenescimento da política democrática implica na efetividade dos processos democráticos, na distribuição equitativa dos benefícios sociais e na radicalidade da inclusão em todos os âmbitos da sociedade. Porque os cidadãos precisam sentir e viver no seu cotidiano todos os desafios e todas as responsabilidades de uma cultura democrática, mas também precisam usufruir de todas as benesses produzidas nesse processo cooperativo que constitui a organização democrática.

3 Um Desafio para a Sociedade Brasileira: Ativar a Democracia Política e a Solidariedade Social.

Ora, essa ideia de um *ethos* democrático que desenvolve-se permanentemente por meio de processos amplos de integração e de participação dos indivíduos e dos grupos sociais é importante para pensar-se o futuro da política

democrática, no Brasil, em particular no momento em que se percebe que o processo de transição de uma sociedade oligárquica, autoritária e mesmo paternalista para uma sociedade democrática inclusiva é lento e perpassado por grandes *déficits* institucionais, bem como pelo esmagamento ou pela anulação de importantes atores sociais com capacidade de iluminarem a *práxis* política, a atuação das instituições e a programática dos partidos políticos.

Em primeiro lugar, a percepção de que nosso processo de democratização é recente, datando do início da década de 1990, faz-nos perceber o quanto ainda falta para superarmos a crosta autoritária, corrupta e paternalista que envolve nossa organização política e que tem reflexos inclusive na cultura cotidiana da sociedade brasileira. Nesse aspecto, o grande desafio político de nossa sociedade consiste em que os movimentos sociais e as iniciativas cidadãs possam ganhar força política suficiente para contrabalançar a tendência ao entrincheiramento dos partidos políticos profissionais em sua relação com a sociedade civil, que fecham-se, uma vez no poder, à discussão pública aberta e inclusiva, substituindo a democracia de base pela burocracia e a participação popular pela centralidade do partido (e mesmo a força da justificação pública frente às bases pela *correção moral do partido*, defendida autoritária e acriticamente). O Estado brasileiro revela seu aspecto autoritário e paternalista exatamente no momento em que põe em movimento um processo de evolução social que se sobrepõe à legitimação democrática, que prescinde, em grande medida, dela, porque consegue, de um lado, conduzi-la sem muita resistência e crítica e, de outro lado, manipular e maquiá-lo tal autoritarismo por meio de benesses paternalistas, correlatamente ao emperramento de um espaço público que, monopolizado por uma mídia pouco crítica do poder e pouco afeita à democracia política, canaliza o imaginário social para o privatismo civil.

Ora, tanto o solapamento da política democrática quanto o engessamento do espaço público-político são possíveis porque os verdadeiros atores democráticos, os movimentos sociais e as iniciativas cidadãs, são, no primeiro caso, combatidos,

tratados no mais das vezes como caso de política e, no segundo caso, canalizados em suas expectativas para o privatismo civil. Essa dupla tendência, que acaba emperrando muito da efetividade da democracia política, é uma possibilidade ainda muito viva em nossa sociedade, terminando por conceder centralidade a um tipo de evolução social conduzido pelo alto e à revelia da sociedade civil, sob a responsabilidade dos partidos políticos profissionais. Quando, como exemplificação desse argumento, vemos ou tomamos conhecimento dos conchavos políticos cotidianos, damos-nos conta de que tais conchavos não levam muito em conta esse *ethos* moral de que comentei acima, na medida em que seu (desses partidos políticos profissionais) objetivo é manter-se no poder e aos seus grupos financiadores, por meio da conquista da lealdade das massas cidadãs, mas sem integrá-las convenientemente. Nesse aspecto, o acobertamento de casos de corrupção ou mesmo a defesa de aliados corruptos são aspectos cotidianos de nossa esfera legislativa, na exata medida em que, ali e quem está ali, julga-se prescindir da justificação pública, fundada em valores morais, de uma esfera legislativa que a rigor é compreendida, por esses partidos políticos profissionais e seus representantes, como independente de tal justificação, como sendo regida por outros critérios (em particular, a manutenção do poder a qualquer custo e com quaisquer meios) que não os princípios morais da igual consideração, da justiça, da publicidade, da inclusão, etc.

Enfim, nessa hegemonia partidária, autoritária e paternalista, como dizia, a anulação da participação dos cidadãos e dos movimentos sociais, ou o seu engessamento, com a transferência da prerrogativa em termos de condução da evolução social para os partidos políticos profissionais, é condição fundamental para o travamento da política democrática. Esta necessita, para seu florescimento, para seu permanente rejuvenescimento, para sua efetividade enquanto política democrática, de uma interrelação fecunda entre o poder institucionalizado e as iniciativas cidadãs e os movimentos sociais, em um processo amplo, inclusivo e perene de discussão e de problematização no que diz respeito aos procedimentos e aos objetivos a serem realizados politicamente. Porém, na medida em que, de

variadas formas, se deslegitima a atuação de movimentos sociais e de iniciativas cidadãs, abre-se espaço tanto para o arrefecimento de uma postura estatal autoritária ante a sociedade civil quanto para, como condição disso, um crescimento exagerado do poder político dos partidos profissionais e uma sua autonomia injustificada frente ao cidadão médio e aos movimentos sociais. Isso, conforme salientado acima, pode explicar como muito da corrupção política e do beneficiamento político de grupos específicos da sociedade pode ser mantido em sigilo, dentro dos muros da própria casa legislativa e entre partidos políticos ideologicamente rivais – nesse sentido, inclusive, a corrupção política, com o consequente desvio de recursos públicos para os cofres privados dos corruptos, tornou-se uma das atividades mais *rentáveis*, ultimamente.

Além disso, a consolidação de uma porcentagem nada desdenhável de pessoas extremamente pobres (no Brasil, por exemplo, tem-se aproximadamente dezesseis milhões e duzentas mil pessoas vivendo na faixa da miséria extrema, com uma renda *per capita* que vai de zero até setenta reais mensais – sendo que, desse contingente, setenta por cento é constituído por negros e pardos) desacredita muito da eficácia das instituições democráticas e da equidade no que diz respeito à distribuição do produto social. Parece que, para estas pessoas, a única coisa que sua sociedade consegue distribuir é desprezo e prejuízos, além do esquecimento e da negação de sua dignidade. Como, nesta situação, pode-se amar as instituições democráticas e respeitar o *ethos* moral pressuposto pela democracia? Como esse *ethos* moral pode sustentar-se, enraizar-se no coração dos cidadãos? Do mesmo modo, a prática corriqueira da corrupção política, afiançada por instituições ineficientes no combate a ela e por partidos políticos que em grande medida viram as costas para a mesma (especialmente quando ela é realizada por seus aliados), tende a desacreditar as instituições democráticas frente aos cidadãos e a destruir aquela confiança ingênua seja na efetividade das mesmas, seja na sociabilidade de uma maneira mais geral. Há uma deslegitimação como que automática das instituições democráticas e daquele *ethos* moral democrático diante dessas evidências. Abre-se, inclusive, neste contexto, a possibilidade de que as causas

desse problema (ineficiência institucional, corrupção política, crescimento do poder e independência dos partidos políticos profissionais frente à sociedade civil, espaço público marcado pelo fomento do privatismo civil e monopolizado por veículos de comunicação em grande medida marcados por uma postura apolítica) sejam maquiadas, tenham seu foco desviado para *outras áreas*, ideologicamente criando outros culpados e, portanto, sejam percebidas, pelos cidadãos, como consistindo em outras do que as acima. É assim, por exemplo, como acredito, que a situação social e política caótica seja atribuída, por muitos, como sendo causada por *raças menos capacitadas ou depravadas moralmente* (o racismo, no caso, daria o tom da *análise da situação, dos diagnósticos em relação à mesma, dos possíveis culpados e das soluções a serem tomadas*), por assim dizer – e, com isso, não espanta que, na França, a ultra-direitista Marine Le Penn, tendo como base de sua programática político-partidária o combate aos imigrantes e a ênfase no nacionalismo, tenha conquistado dezoito por cento do eleitorado votante, assim como não espantam, no Brasil, posturas racistas e mesmo preconceituosas frente a determinadas regiões do país, como a que vimos, há um tempo atrás, de que, conforme queria uma estudante de direito de São Paulo, o favor que se deveria fazer ao povo do referido estado era “matar-se um nordestino por afogamento”.

Considerações Finais

Não é verdade que os indivíduos e grupos sociais não se interessam mais pela política, repudiando-a. O crescimento do voto em branco ou nulo, o entrincheiramento no privatismo civil e apolítico, tudo isso não é resultado do fato de que a política democrática tenha perdido valor ou sentido, individual e coletivamente, e sim de que *a política parlamentar*, centralizada na administração do Estado e na representação levada a cabo pelos partidos políticos profissionais, *esgotou-se*, deslegitimou-se como que completamente, em um processo sem volta (no sentido de não ser uma finalidade em si e de não bastar enquanto instrumento de condução da evolução social – a política democrática não se restringe apenas a

ela). Por isso, não é esta política centralizada nos partidos políticos profissionais que será regenerada, que deve ser rejuvenescida, mas sim a interrelação, pressuposta pela política democrática entendida enquanto *ethos moral*, inclusiva, abrangente e participativa, entre movimentos sociais e iniciativas cidadãs *com* as instituições públicas *e* os partidos políticos profissionais. A política caudilhista, autoritária e tecnocrática, feita à revelia dos movimentos sociais e das iniciativas cidadãs e por sobre as cabeças de todos nós, cidadãos, está dando seus últimos suspiros e esperneios, mantendo-se apenas pela fraude, pela corrupção e por legitimações ideológicas as mais espúrias. É assim que a necessidade de trabalhar-se um sentido mais amplo de política, que não se reduza apenas à política parlamentar-partidária, ganha importância neste momento em que, de fato, os cidadãos e os grupos sociais interessam-se mais pelas questões envolvendo a *res publica*, por sua situação e pela situação dos demais, por aquilo que os partidos no poder andam fazendo com a riqueza nacional e como eles administram as esperanças coletivas postas no Estado; esses cidadãos e grupos sociais são cada vez mais inteligentes, lêem mais, querem discutir questões ético-políticas e, sempre que possível, poder participar das tomadas de decisão, em nível local e mais além. Se essa situação encontrar estímulo junto às autoridades e aos partidos políticos, se estas atitudes forem fomentadas pelas instituições democráticas, se, por fim, esse clima de solidariedade, de cooperação, de discussão e de participação aos poucos tornar-se cotidiano, tornar-se um fim para cada cidadão e grupo social, então com certeza a política democrática alcançará um patamar que é fundamental para que ela oriente a evolução social a partir de interesses generalizáveis, consolidando-se enquanto *ethos* de nosso povo, enquanto aquilo que o constitui mais radicalmente, ao mesmo tempo em que mudanças sócio-econômicas e político-culturais acontecerão de um modo mais acelerado e consistente.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARISTÓTELES. **Política**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1997.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Atlas, 2009.
- BÍBLIA, Tradução Ecumênica da (TEB) . Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 2006.
- DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- HABERMAS, J. **A inclusão do outro: estudos de teoria política**. São Paulo: Loyola, 2002.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. v. 2.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- RAWLS, J. **Justiça e democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RAWLS, J. **Justiça como equidade: uma reformulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VERGNIÈRES, S. **Ética e política em Aristóteles: *physis, éthos, nomos***. São Paulo: Paulus, 1998.
- VERNANT, J.-P. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. Organização e introdução de H. H. Gerth e C. Wright Mills. Rio de Janeiro: LTC, 2008.